

Governo brasileiro mostra sua "preocupação" a quatro embaixadores estrangeiros

por Cláudio Kuck
de Brasília

O ministro interino das relações exteriores, Marcos de Azambuja, recebeu ontem quatro dos embaixadores dos países do Grupo dos Sete (G-7) que decidiram adiar um empréstimo de US\$ 350 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Brasil. O Itamaraty entregou a eles a nota oficial em que o governo brasileiro manifesta "preocupação" com a medida e classifica o ato como uma pressão para o Brasil chegar a um acordo com os bancos comerciais, sobre os atrasados da dívida.

O primeiro a atender o chamado do Itamaraty foi o embaixador Richard Melton, dos Estados Unidos, seguido dos embaixadores do Canadá, William Clarke, da França, Jean Bernard Ouvrieu, e do Japão, Haruno Ri Kaya. O representante da Grã-Bretanha, Michael John Newington, deverá receber a nota hoje. Marcos de Azambuja lembrou aos diplomatas que o Brasil tinha obtido indicações dos seus países de que os empréstimos internacionais dos organismos multilaterais não seriam utilizados como elementos de pressão para influir no andamento das negociações com credores comerciais.

O ministro interino ponderou também aos embaixadores a "conveniência e utilidade" de que não haja nenhuma manifestação individual ou coletiva contra o Brasil, para que a próxima assembléia anual do Banco Interamericano em Nagoya (Japão) tenha um enfoque construtivo. Ao mesmo tempo, ele garantiu que por parte do Brasil, a questão do adiamento do empréstimo será apenas mencionada, "mas que não se pretende tornar o assunto polêmico".

ESPERANÇA

Os quatro embaixadores em encontros rápidos disseram que levarão a posição do governo brasileiro às respectivas chancelarias, inclusive o pedido de que a decisão seja prontamente revista. Um embai-

xador brasileiro comentou que o Itamaraty "tem esperança" de que isso aconteça, mas ressaltou que nenhum dos diplomatas estrangeiros deu qualquer indicação neste sentido.

Nenhum deles quis comentar nada com a imprensa ao deixar o gabinete do ministro interino. Apenas o embaixador da França comentou antes que "em determinadas circunstâncias" o BID pode, de acordo com seus estatutos, adiar empréstimos, explicando ainda que as negociações com os bancos privados têm interligação com as referentes aos organismos oficiais.

Para Jean Bernard Ouvrieu, "um acordo com os bancos comerciais seria muito benéfico ao Brasil, possibilitando a entrada de dinheiro novo". Ele lembrou que o México, por exemplo, recebeu no ano passado quase US\$ 9 bilhões, depois de um acerto com os credores, enquanto o Brasil teve acesso apenas a US\$ 500 milhões. A França considera válido que países como os Estados Unidos, que detêm maior participação financeira em organismos como o BID, influenciem na comissão de empréstimos, procurando soluções para acordos sobre a dívida.

Já na Embaixada do Japão, o pensamento é de que "é fundamental" que o Brasil chegue a um acordo com os bancos comerciais, para restabelecer a linha de empréstimos e, até mesmo, de novos investimentos para o País. Um diplomata, japonês comentou a este jornal que Tóquio vê "com otimismo" as últimas iniciativas de negociação do Brasil, para que se chegue em breve a um acordo com os bancos privados e também com o Fundo Monetário Internacional. Para ele, dificilmente também o Brasil receberá um tratamento semelhante à Polônia, que teve 50% de sua dívida perdoadada pelo Clube de Paris. "O caso polonês é especial e diferente do brasileiro", comentou o diplomata, que disse ainda que o Egito também se enquadra no mesmo caso da Polônia.